

Linha de cor e “colonização-crime” em Mário Domingues: A série “Para a história da colonização portuguesa” (junho-julho 1922)

**[Color line and “colonization-crime” in Mário Domingues:
The series “For the history of Portuguese colonization” (June-July 1922)]**

José Luís Garcia*

Palavras-chave

Movimento negro português, Imperialismo, Nacionalismo africano, Linha de cor, Colonização-crime, Independência para África, Denúncia da escravatura, Anarquismo português, Imprensa negra portuguesa.

Resumo

O presente ensaio incide a sua atenção principal na série de artigos de junho-julho de 1922 “Para a história da colonização portuguesa”, cem anos depois de serem publicados no jornal diário anarcossindicalista *A Batalha*, da autoria do escritor e jornalista Mário Domingues, natural da ilha do Príncipe. Da leitura que realizo àqueles textos, e sem dispensar o estabelecimento de ligações com outros do mesmo período, é possível sustentar quatro grandes noções. A primeira é que Mário Domingues, na década de 1920 e na sua ação enquanto publicista, se encontra perfilado com a luta do movimento negro que, na conjuntura de finais do século XIX e inícios do século XX, emergiu internacionalmente e, também, em Portugal. A segunda é que proporcionou perspetivas coerentes com a “linha de cor” de Du Bois na denúncia da condição política, social e psicológica dos negros e da sua história específica associada à escravatura, ao tráfico de escravos e à colonização. A terceira diz respeito à compreensão da dominação colonial moderna como “colonização-crime”. Finalmente, foi um pioneiro da defesa do ideal da independência para África num prisma confederal.

Keywords

Portuguese black movement, Imperialism, African nationalism, Color line, Colonization-crime, Independence for Africa, Denunciation of slavery, Portuguese anarchism, Portuguese black press.

Abstract

This essay focuses on the series of articles from June-July 1922 “Para a história da colonização portuguesa” [*For the history of Portuguese colonization*], one hundred years after their publication in the anarcho-syndicalist daily newspaper *A Batalha*, authored by the writer and

* Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

journalist Mário Domingues, born on the island of Príncipe. Those texts allow the reading—and without dismissing the establishment of connections with others from the same period—from which it is possible to sustain four major notions. The first is that Mário Domingues, in the 1920s and his action as a publicist, is profiled with the struggle of the black movement that, in the scope of the late 19th century and early 20th century, emerged internationally and in Portugal. The second is that it provided perspectives consistent with Du Bois' "color line" in denouncing the political, social, and psychological condition of the black people and their specific history associated with slavery, slave trade and colonization. The third concerns the understanding of modern colonial domination as "colonization-crime." Finally, he was a pioneer in advocating the ideal of independence for Africa in a confederal conception.

Entre os dias 29 de junho e 25 de julho de 2022, decorreu um século sobre a publicação da série de artigos do jornalista afrodescendente Mário Domingues, no diário *A Batalha*, intitulada “Para a história da colonização portuguesa”. Nos 22 textos que a compõem, o então jovem cronista – 23 anos a 3 de julho de 1922 – denunciou nesse periódico anarcossindicalista a desigualdade de direitos civis, políticos e sociais das populações negras africanas colonizadas, questionou abertamente o imperialismo português e defendeu de forma pioneira o “ideal belo da independência de África” (*A Batalha*, 13 de julho de 1922), citando as suas palavras. A reflexão e a ação de Mário Domingues acompanharam o aparecimento do internacionalismo negro das primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento em Portugal das primeiras manifestações politicamente organizadas de nacionalismo africano, a existência de uma imprensa da iniciativa dos negros e os protestos contra a violência da ocupação militar, política e administrativa dos territórios africanos sob o domínio imperial português.



Fig. 1. Mário Domingues.

Na transição para o século XX e nos seus inícios, desenvolveu-se em vários países um movimento negro em torno de diversas ações, nomeadamente os congressos internacionais Pan-Africanos, e surgiram militantes e intelectuais como os norte-americanos Booker T. Washington e W. E. B. Du Bois, e o jamaicano Marcus Garvey. Em 1909, nos EUA, tinha sido fundada a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), dirigida por Du Bois. Este veio a organizar, em 1919, o I.º Congresso Pan-Africano em Paris, tendo sido nomeado secretário da *Pan-African Association* (PAN), e Blaise Diagne, de origem senegalesa, seu presidente.

Em 1921, o II.º Congresso teve sessões em Londres, Paris e Bruxelas onde participaram ativamente representantes de uma organização política portuguesa da

comunidade negra, a Liga Africana. O III.º Congresso decorreu em começos de novembro de 1923 e teve uma sessão em Londres, na qual o intelectual cristão de origem moçambicana Kamba Simango fez uma intervenção intitulada “Portuguese Angola”. Originalmente, o III.º Congresso fora marcado para Lisboa (para novembro de 1923), tendo alegado a Liga Africana dificuldades materiais em reunir os delegados africanos residentes em África. Nicolau Santos Pinto, um dos principais dirigentes desta formação política que interviera no II.º Congresso, já tinha falecido. Du Bois acaba por ir a Lisboa, a convite daquela organização política, tendo proferido, em 1 e 2 de dezembro de 1923, duas conferências.¹

Entre 1911 e 1933, o movimento negro português contou com vários títulos de imprensa na metrópole portuguesa² e com diversas entidades culturais e políticas, entre estas a Associação dos Estudantes Negros (formada em 1911 por Ayres de Menezes e outros partidários do movimento negro); a Junta da Defesa dos Direitos de África (JDDA, fundada em 1912 também por Ayres de Menezes e outro ativista negro, João de Castro); a já referida Liga Africana (criada em 1920, dirigida por José de Magalhães); o Partido Nacional Africano (PNA, formado em 1921 por João de Castro); e o Movimento Nacionalista Africano (constituído em 1931 igualmente sob a condução de João de Castro). Como primeiras expressões de “protonacionalismo”, para usar um termo de Mário Pinto de Andrade (1997), a Liga Africana e o PNA expuseram tanto lutas de personalidade entre José de Magalhães e João de Castro, dois dos mais proeminentes líderes do movimento negro politicamente organizado em Portugal e que o polarizaram³, como uma divisão em torno das posições de

¹ Mário Pinto de Andrade (1997) argumenta que a vinda de Du Bois a Lisboa e as suas palestras terão conduzido à confusão da efetivação de uma segunda sessão do III.º Congresso Pan-Africano. No entanto, no periódico *The Crisis*, dirigido por Du Bois, encontramos uma informação credível dos encontros de Lisboa enquanto sessões do III.º Congresso Pan-Africano, dirigido por José de Magalhães e com a aprovação de uma resolução final, no qual constou uma deliberação sobre os territórios africanos ocupados por Portugal e sujeitos ao seu poder imperial. Foi feito um registo fotográfico da presença do líder negro norte-americano em Lisboa que Mário Pinto de Andrade reproduz no livro acima referido.

² A imprensa editada por negros e aos seus problemas consagrada contou com os seguintes títulos entre 1911 e 1933: *O Negro* (1911); *A Voz D’África* (1912-1913 e 1927-1930); *Tribuna D’África* (1913 e 1931-1932); *O Eco D’África* (1914-1915); *Portugal Novo* (1915); *A Nova Pátria* (1916-1918); *O Protesto Indígena* (1921); *Correio de África* (1921-1923 e 1924); *A Mocidade Africana* (1930-1932); *África Magazine* (1932); e *África* (1931 e 1932-1933). A este respeito, ver VARELA e PEREIRA (2020: 1-36).

³ José de Magalhães nasceu em 1867 em Angola e morreu em Lisboa em 1959, formou-se em medicina na Escola Médico-Cirúrgica. Prosseguiu os seus estudos em Paris e veio a dirigir o Instituto de Medicina Tropical em Lisboa. Com João de Castro, como se já apontou, foi um dos fundadores da JDDA, tendo sido seu presidente, e ainda um importante responsável da Liga Africana. Delegado ao II.º Congresso Pan-Africano em 1921 de Londres, organizou em 1923 a vinda de Du Bois a Lisboa. Nos anos 1920, foi ainda membro da direção do jornal *Correio De Africa* da Liga Africana e deputado do parlamento português, eleito por São Tomé e Príncipe. João de Castro nasceu em 1887, em São Tomé e faleceu em 1955. Estudou direito em Coimbra. Identicamente fundador da JDDA, da qual foi

Marcus Garvey. As ideias deste líder jamaicano colheram a simpatia do PNA relativamente à afirmação da autodeterminação dos negros, envolvendo de forma polémica a defesa de uma suposta pureza da “raça negra” e a sua superioridade (em especial, dos afro-americanos).⁴

A sequência de artigos “Para a história da colonização portuguesa”, escrita num jorro por Mário Domingues, representou, como irei arguir, uma abordagem de grande fulgor intelectual e político sobre três tópicos: a condição de todos os indivíduos racializados com origens em povos e grupos sujeitos à escravatura; a expansão imperialista e a violência colonial; e a defesa pioneira da independência para África. Evidenciarei, assim, que Mário Domingues acompanhou muitas das perspetivas mais lúcidas do movimento negro internacional, nos legou o importante conceito “colonização-crime” e defendeu, com um claro entusiasmo pelo porvir característico dos progressismos modernos, um desígnio confederal para a libertação de África em coerência com a visão antinacionalista, internacionalista e anticapitalista das suas convicções libertárias. Como tantas vezes acontece, é ainda injustamente escasso o reconhecimento desta figura excepcional, do seu trabalho e da sua reflexão.

secretário-geral, dirigiu os periódicos *Voz D’Africa*, *Tribuna D’Africa* e *Africa*. Em rutura com José de Magalhães fundou o PNA, do qual se tornou presidente. Foi também eleito deputado, em 1918, pelo Partido Socialista Português e, já na década de 1930, tornou-se presidente da convenção do Movimento Nacionalista Africano. Nicolau Santos Pinto e Ayres de Menezes foram outras duas figuras cimeiras do movimento negro deste período. Também dirigente da Liga Africana, Nicolau Santos Pinto esteve em evidência no II.º Congresso Pan-Africano, não tendo chegado a organizar o III.º Congresso Pan-Africano por ter falecido. Ayres de Menezes nasceu em São Tomé e Príncipe, fez estudos secundários no antigo Colégio Francês, frequentado similarmente por Mário Domingues, formou-se em medicina, foi um dos criadores da Associação dos Estudantes Negros e da Liga Académica Internacional dos Negros, integrou a responsabilidade editorial do jornal *O Negro* e foi membro destacado da JDDA e da sua imprensa, *Tribuna D’Africa*. Na década turbulenta de 1920 e até ao golpe militar que derrubou, em 1926, a Primeira República, Mário Domingues foi, entre os ativistas negros pan-africanistas em Portugal, o mais enérgico e insigne publicista dos direitos da população negra, da defesa da sua cultura, da emancipação africana e do combate ao racismo. Sustento esta ideia em *Mário Domingues A Afirmação Negra e a Questão Colonial Textos, 1919-1928* (Garcia, 2022), livro para o qual selecionei os seus principais escritos sobre a segregação dos negros, o imperialismo europeu e português e escrevi um ensaio sobre a sua vida, obra e pensamento.

⁴ É interessante referir que as ideias de Garvey, de cunho eugenista, tão seguidas nesse tempo, foram matéria da grande ironia – que caracterizava o então jovem cronista Mário Domingues, num estilo que os seus conterrâneos negros não devem ter nada apreciado – numa carta pública a João de Castro enquanto líder do PNA no jornal *A Tarde* (de 14 de fevereiro de 1925). Nesta, zurziu o racialismo do líder jamaicano e o facto de este estar a provar a supremacia dos negros por ele sustentada ao ser incriminado como corrupto de grande nível (cf. DOMINGUES, 1925). Mário Pinto de Andrade também considerou tais teorias como sendo de índole racialista por fazerem da “raça” um axioma de continuidade, dignidade e fundação do poder para o triunfo do homem afro-americano que Marcus Garvey postulava como um ser superior.

Os anos 1920 e a colonização na mira do movimento anarquista

O tempo do jovem Mário Domingues, o decénio de 1920, pertence, lembrando a verve satírica de Karl Kraus, àquela “grande época” que inclui a segunda revolução industrial, a megalomania da política imperial europeia, a veloz propagação da economia de mercado a vários âmbitos, a calamitosa Primeira Guerra Mundial e a pandemia da gripe espanhola. Este contexto histórico, que foi acompanhado de grandes sublevações revolucionárias na Europa e noutros continentes – umas triunfantes, outras fracassadas – por parte de partidos que abraçaram as ideias comunistas de Lenine, Trotsky e Rosa Luxemburgo, irá efluir na Grande Depressão, no fascismo de Mussolini, no nazismo de Hitler, na ditadura de Franco⁵, na ditadura de Salazar e, sobretudo, na segunda catástrofe descomunal (*nota bene*, de exclusiva responsabilidade humana) do século XX – a devastadora Segunda Guerra Mundial.

Uma nova situação social tinha emergido com o crescimento exponencial das cidades, a eletrificação das ruas e das habitações, o uso do automóvel e a pujança da imprensa. Esta última foi o grande conversor – segundo Kraus, como é bem sabido – da linguagem no lixo de um período que colhia do jornal muito do seu acontecer, do seu ser e do seu valer, mas que foi também capaz de gerar correntes de opinião nacionais e internacionais que agitaram temas como a igualdade de direitos para as mulheres, a denúncia da persistência da escravatura e do trabalho forçado em África e o questionamento do poder dos impérios modernos. A vida social conheceu mudanças em termos de comportamentos, de modos de vestir, do florescimento da vida noturna, de maior liberdade de costumes, de acréscimo de autonomia para as mulheres e de ousadia na assunção da homossexualidade, sendo que – com as suas particularidades e estreitezas – Portugal não constituiu exceção.

No seguimento da Primeira Guerra Mundial, a volubilidade política instalou-se na Europa sob os efeitos da desvalorização da moeda, do desemprego, dos protestos das classes trabalhadoras, do nacionalismo extremo e dos movimentos autoritários. Em Portugal, tal instabilidade, experimentada durante todo o período da I.^a República (1910-1926), foi potenciada pela adrenalina causada por vários desses fatores e ainda a inflação e a deflação, a escassez alimentar, a corrupção dos mais variados tipos, as greves tão bravias quanto a miséria de operários e artesãos, a violência política praticada por grupos armados semiclandestinos (com denominações inventivas, como Formiga Branca e Formiga Preta, ou associadas à cor rubra da esquerda, caso da Legião Vermelha), o endividamento do Estado e os governos que se sucederam uns aos outros (exemplo expressivo: entre 1920 e 1921, 13 governos).

⁵ Após a sangrenta guerra civil espanhola, quase uma súpula política dessa conjuntura: classes em luta, contenda entre revolucionários e contrarrevolucionários, autoritarismo e democracia, fascismo e socialismo.

Esta conjuntura foi marcada, em termos ideológicos, pelo evolucionismo progressista (que permeava o republicanismo, o anarquismo, o socialismo e o comunismo) e a crença prometeica de que a razão humana iria tornar evidente a lógica inscrita no movimento histórico e estaria, portanto, apta a construir o futuro de acordo com os predicados da racionalidade e as expectativas humanas; e, nas artes, pelo modernismo e pela sua rutura com as estruturas do passado e a asserção de uma estética transgressora, que teve, nesses anos, no âmbito cultural português, expoentes como Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros, Dórdio Gomes, Mário Eloy, entre muitos outros. Mário Domingues revelou-se um publicista anarquista calorosamente adepto do modernismo⁶, assim como o seu antigo colega do Colégio Francês, António Ferro. Este foi editor do *Orpheu*, escritor modernista e passou de ex-apoiante de Afonso Costa a admirador do protoditador populista Sidónio Pais – aliás, como Pessoa – e de Mussolini, distinguindo-se na atividade política como acólito de Salazar para a função de matraquear as ideias e a imagem deste no cérebro dos portugueses.

Para compreender o contexto da escrita do jovem Mário Domingues, deve outrossim salientar-se que os conflitos políticos, sociais e culturais desse período não se limitaram às grandes convulsões que envolveram as classes trabalhadoras, mas também as lutas pela emancipação dos negros. Em finais do século XIX, as implicações decorrentes da partilha imperial de África na Conferência de Berlim (1884-1885) conduziram à exigência da administração dos territórios e à institucionalização de quadros normativos que teriam de envolver os direitos dos nativos, as interações ditas raciais e as formas de trabalho, condições que se combinaram com a proliferação de entidades internacionais de cooperação, controlo e avaliação sob a atenção da imprensa. Eclodiram, nessa ocasião, várias dinâmicas de resistência contra a ocupação militar e de governo de Portugal, muitas delas associadas a organizações que se tinham formado para reivindicar mais direitos e autonomia para os africanos, os chamados movimentos nativistas.

Há que ter em conta também que a Primeira Guerra Mundial ocasionou o término de quatro impérios, a criação de novos países e a reorganização do domínio de vários territórios em África, na Ásia e no Médio Oriente. O ano da série “Para a história da colonização portuguesa”, de Mário Domingues, é, igualmente, o *annus mirabilis* da publicação dos estudos etnográficos de Radcliff-Brown e de Malinowski. É assim que o denomina o poeta, antropólogo, escritor e cineasta Ruy Duarte de Carvalho em *Os Papéis do Inglês*, um romance de aventuras que propõe uma reinvenção do género e, ao mesmo tempo, interroga o sistema colonial e a antropologia, esta pela sua implicação na agenda política e social estabelecida pelos Estados imperiais (cf. CARVALHO, 2000: 53-54).⁷

⁶ É pertinente aludir à integração de W. E. B. DU BOIS (2021) no contexto global do afro-modernismo.

⁷ O autor inventa uma personagem principal, o antropólogo Archibald Perkins, e acomoda na sua

Entre finais do século XIX e o segundo decénio do século XX, a denúncia da violência e da exploração sofridas pelos nativos das possessões coloniais portuguesas era feita em várias franjas do movimento anarquista português, incluindo vozes que questionaram precocemente a legitimidade da dominação imperial europeia em África.⁸ No mesmo sentido, a escravatura nas colónias portuguesas e o ódio racial vinham já a ser alvo de reprovção pública na imprensa negra, de que é exemplo eloquente o jornal *O Negro*, órgão dos estudantes negros, de 9 de março de 1911⁹. Todavia, se a brutalidade e exploração que ocorriam nas colónias portuguesas eram condenadas desde finais de oitocentos nos meios libertários, a entrada em cena de Mário Domingues em *A Batalha* coincide com a crítica regular à situação dos negros e ao imperialismo (entre 1919 e 1926).

Em 9 de setembro de 1919, três anos antes da publicação da série *Para a História da Colonização Portuguesa*, Mário Domingues iniciara o seu combate contra a discriminação dos negros em Portugal e em todo o mundo, contra a permanência de

ficção, como personagens secundárias, outros vultos da antropologia e das ciências sociais como Frazer, Radcliffe-Brown e Malinowski. No romance, a personagem ficcional Archibald Perkins, um alter-ego de Ruy Duarte de Carvalho (por ser uma configuração de um antropólogo em revolta para com o envolvimento da antropologia no colonialismo e cético no que toca ao evolucionismo e etnocentrismo da ciência) tinha-se suicidado no rio Kwando após ter matado o seu companheiro grego. Perkins deixa papéis que o narrador – quem outro senão Ruy Duarte de Carvalho, enquanto antropólogo e romancista? – procura na sua viagem por terras recônditas de Angola. Num ajuste metanarrativo entre acontecimentos e enredos, Ruy Duarte de Carvalho expõe toda a ideologia sustentadora de que os que se consideravam civilizados e eram afinal colonizadores estavam numa empreitada para levar a civilização aos não civilizados, que eram afinal colonizados, sendo que os primeiros se autorizavam a espoliar e subjugar os segundos. Na ficção, são também postos em causa os paradoxos da Angola independente e a importação de noções europeias de desenvolvimento, assim como o lastro das visões predominantes de tradicional e moderno e civilização e tribalismo. Ainda a respeito do importante tópico do envolvimento de formas de conhecimento etnográfico em Portugal na compreensão das populações colonizadas, ver, entre outros, CURTO (2022).

⁸ No texto da minha autoria e de José Castro, “*A Batalha* e a questão colonial” (CASTRO E GARCIA, 1995), em que dezenas de artigos sobre a questão colonial de *A Batalha* foram analisados, concluímos que o movimento operário organizado não estava nem alienado do problema colonial nem adotava a onda de nacionalismo colonialista que teria unido o conjunto da sociedade portuguesa em torno do projeto colonial republicano. Salientámos idênticamente que aquele diário não se limitava à condenação dos excessos na exploração escravagista dos negros, mas, ao apoiar os ideais pan-africanistas, punha em causa o próprio sistema colonial. Entretanto, o conhecimento a este respeito foi aprofundado em outros textos da minha autoria e de outros autores. Ver GARCIA (2012; 2017); uma investigação de DUARTE (2022: 178-180) reforça esta conclusão, apresentando indícios pertinentes de que, já desde finais do século XIX, vários meios anarquistas exprimiam em títulos da imprensa operária e libertária posições críticas do domínio imperial português em África e da exploração colonial. Este autor apoia-se ainda, citando-o, no livro de VENTURA (1995), no qual é revelado que, em crónicas para o jornal *O Amigo do Povo* e em *Carta a um Soldado*, Emílio Costa condenava o domínio imperialista português e era favorável à autodeterminação dos povos colonizados, embora as suas posições tivessem mais tarde sofrido alterações a este respeito.

⁹ Bem patente no texto editorial “*A Nossa Orientação*”, in *O Negro*, 9 de março de 1911.

formas de escravatura ou semiescravatura em África (a sua mãe fora deslocada de Angola para o trabalho forçado na roça Infante D. Henrique na ilha do Príncipe), contra a corrida imperial anexionista e contra a brutalidade colonial portuguesa e dos impérios europeus. Nesse dia, publicou em *A Batalha* “Colonização”, o seu primeiro texto público sobre esses tópicos (DOMINGUES, 1919). Neste artigo, citava os tumultos raciais dos EUA, no verão do pós-guerra de 1919, que atingiram os negros norte-americanos em diversas cidades e cujo auge foi o massacre de Elaine em Hoop Spur¹⁰. Mário Domingues articulou estes acontecimentos com o imperialismo e a colonização, revelando a hipocrisia da chamada missão civilizadora ocidental em África e exemplificando com o que se passava em São Tomé e Príncipe. Nesta antiga colónia portuguesa, muitos milhares de africanos de outras terras eram trabalhadores forçados, deslocados para cultivar o cacau destinado a grandes firmas britânicas de chocolate, o que valeu na altura o epíteto de “cacau-escravo” português por parte da imprensa da Grã-Bretanha e internacional.

Em 1921, também em *A Batalha*, vemos Mário Domingues a combater o racismo em “Coisas de estarrecer. O formoso Jardim” (DOMINGUES, 1921e) e em “Sobre os acontecimentos de S. Tomé” (DOMINGUES, 1921d). No primeiro artigo desmascarou as presunções de discriminação racial. No segundo, procurou denunciar os acontecimentos sangrentos ocorridos em São Tomé e Príncipe na sequência da greve dos funcionários e operários do Estado em abril desse ano. A exploração colonial neste arquipélago foi um tema recorrente em *A Batalha* e esteve muitas vezes na mira de Mário Domingues. Para além do aspeto psicológico de ser natural da ilha do Príncipe, de ter perdido o contacto com a mãe para sempre quando foi para Lisboa e de o seu pai (branco) ter sido um funcionário da roça santomense Infante D. Henrique, São Tomé e Príncipe tinha o estatuto de uma colónia portuguesa próspera. Mas era, também, o centro da atenção internacional devido às denúncias – que envolveram relatórios, livros, campanhas nos jornais, fotografias, visitas de comissões estrangeiras e críticas públicas de industriais como

¹⁰ Nos finais da segunda década do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, os EUA, num quadro de crise económica e desemprego, foram atravessados por uma onda xenófoba e por leis segregacionistas, enquanto as autoridades federais e estaduais reprimiam as greves e manifestações das classes trabalhadoras empobrecidas. A participação dos negros na guerra deu-lhes alento para conseguir obter os mesmos direitos dos demais cidadãos e progredir nas suas condições de vida. O ódio ao negro consistiu na resposta prestada por parte de uma grande parte da sociedade e das autoridades e, entre 1919 e 1921, inúmeros tumultos contra os negros varreram os EUA. Dois dos mais sangrentos foram os de Elaine, Arkansas, em 1919, e de Tulsa, Oklahoma, em 1921. O motim de Elaine, referido por Mário Domingues em “Colonização”, teve como desfecho 200 negros mortos, muitos dos quais executados. Na sua origem, esteve a insatisfação de cultivadores negros pelo modo como a sua safra de algodão estava a ser transacionada pelos donos das plantações, conduzindo-os a fazer uma assembleia numa igreja vigiada por negros armados. Intimidados por polícias que se aproximavam do templo, os vigilantes dispararam as suas armas e o xerife foi morto, o que conduziu a uma semana de massacres de vingança e sanha racista contra a população negra e os seus bens.

William A. Cadbury – contra as formas modernas de escravatura nela praticadas.

Além disso, em 1921, Mário Domingues tinha publicado antes, na *Imprensa Livre*, uma sequência de três artigos – “A traição dos negros” (DOMINGUES, 1921c); “La eterna traición”, (DOMINGUES, 1921b); e “O perigo negro”, (DOMINGUES, 1921a) –, para os quais criou um personagem racista, o Anastácio, que partilhava prepotência, conservadorismo e discriminação racial e cujo plano ideológico, povoado pela dualidade branco/preto e civilizado/incivilizado, determinava a superioridade dos brancos e identificava os negros como uma raça perigosa. Ao longo de todo esse ano, a crítica ao imperialismo, à colonização e à violência colonial contra os negros foram temas tratados em *A Batalha*, em peças não assinadas, no entanto denotando o estilo de Mário Domingues.

Nos primeiros meses de 1922, igualmente sem a sua assinatura, embora com a sua verve, surgiu no diário anarcossindicalista a sequência de artigos denominada “No império de Norton de Matos”, em que são acusados os ataques à dignidade humana dos negros, cometidos em Angola durante o mandato do Alto-Comissário Norton de Matos, cuja nomeação ocorrera em 1920. Este político republicano não era um alvo de pequena monta. Maçon influente, com uma larga experiência colonial, tinha ocupado o cargo de governador-geral de Angola entre 1912-1915, fora depois empossado ministro das Colónias, tendo nesta qualidade concebido muitas das principais linhas da política colonial e defendido a junção estreita entre a metrópole e as colónias portuguesas em África sob a ideia de uma “Nação Una”, na qual Angola era parte indissociável do império português. No período em que mais foi alvo de crítica por parte de Mário Domingues e de *A Batalha*, proibiu organizações, prendeu ativistas e jornalistas, encerrou jornais, acossou a elite autóctone e foi intensamente contestado por vários setores políticos de despotismo e desgoverno financeiro. Se lhe chamaram de “vilão” – no periódico libertário –, Cunha Leal apelidou-o de “Calígula em África”.

Violência colonial e “linha de cor” no império português africano

Em 1922, Du Bois era um líder negro reconhecido, com 54 anos de idade. Tinha sido, em 1895, o primeiro afro-americano a doutorar-se (em História) em Harvard e adquiriu reconhecimento no movimento negro internacional através dos mencionados Congressos Pan-africanos. Nos primeiros anos de 1900, tinha publicado *The Souls of Black Folk* (1999 [1903]), no qual defendera que o colonialismo europeu conduziu a uma divisão civilizacional entre os seres humanos mais claros e os menos claros. A esta demarcação, Du Bois chamou “linha de cor” [*color line*]. Tal binariedade servia, segundo a sua visão, de indicador racial e incidia sobretudo nas populações africanas negras ou com origens nesse continente. As diferenças de cor eram um índice da hierarquização e dominação entre os grupos populacionais que colocava os negros fora da humanidade civilizada.

Não há registo de que Mário Domingues tenha lido este livro de Du Bois, mas não desconhecia nem o papel do seu autor no internacionalismo negro defensor da igualdade de direitos para os negros nas sociedades em que estavam integrados, como se percebe pelos artigos de *A Batalha*, nem a ideia da diferenciação fenotípica da cor enquanto pretense indicador de tipo racial que subalternizava os negros. Foi precisamente impelido pela falsidade e iniquidade da linha de cor que o jovem Mário Domingues iniciou a sua campanha “Para a história da colonização portuguesa”. Como veremos de seguida, um dos seus argumentos mais relevantes e também mais repetidos nesta série consiste em alegar que a história singular dos negros é a história do tráfico de escravos e do escravagismo criados pela dominação imperial e legitimados pelas diferenças de cor como sinal de pertença ao mundo dito civilizado ou ao mundo considerado não civilizado.

O primeiro texto da série, com o título “Rebeldias” (29 de junho; cf. Figs. 2. e 2a.; DOMINGUES, 1922r), introduzia fulgurantemente o tema em questão. Citava um artigo do dia anterior, denominado “Na feira Mayer. Uma exibição cruel e revoltante”, do jornalista de *A Batalha* Cristiano Lima (2022) – um antigo colega e amigo de Mário Domingues no Colégio Francês e, como este, escritor e um empenhado militante anarcossindicalista – que relatava um episódio por si testemunhado numa barraca da então recém-inaugurada feira Mayer: o caso de um branco pintado de negro, feito objeto dos que se divertiam a atirar-lhe com bolas de serradura com o propósito de lhe acertar e ganhar um charuto. Neste casinhoto, escreveu Cristiano Lima, via-se escurecido, sobre um fundo verde, o dístico-chamariz “o preto resiste a todos os portugueses”. Este negro não passava de um branco contratado para se fingir de negro e estava ladeado por um homem baixo e gordo que gritava: “Quem acertar no preto, ganha um charuto!”. E os “mais incultos”, lia-se na crónica de Cristiano Lima, impregnados de “preconceitos bárbaros de outras épocas” regozijavam-se com a “paródia que o dístico promete”, comprando bolas de pano, com recheio de serradura, para alvejar o suposto negro. Além da incivilidade desta diversão, Cristiano Lima insurgia-se contra a passividade geral de quem assistia, sem traço de revolta, àquela triste cena na feira Mayer. E tomou este episódio como retrato de uma sociedade vil, de instintos primários, ávida de recreação, indiferente ao penar do outro.

Em “Rebeldias”, Mário Domingues identificou o texto do seu colega como ponto de partida para uma expressão escrita de indignação e rebelião: “Aqui me têm para a luta, PARA ATACAR MAIS UMA INJUSTIÇA! Os leitores sabem do que se trata. O meu camarada Cristiano Lima explicou-o ontem, com frases sinceras de impetuosa revolta. E eu não podia calar-me!”. Na peça, deixou uma mensagem que postula o valor da igualdade de todos ante os princípios da verdade e da justiça e insurgiu-se contra a divisa exibida na cabana da feira Mayer, qual incitação ao ódio racial. Apropriou-se da frase do letreiro que a decorava, “O preto resiste a todos os portugueses”, e tornou-a máxima do catálogo de acusações que queria levar a cabo.

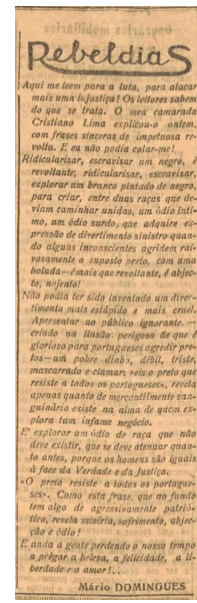


Fig. 2. A Batalha, 29 de junho de 1922. / Fig. 2a. Pormenor.

Em “O negro, vítima secular” (30 de junho; DOMINGUES, 1922q), começou por expor todo um rol de situações a que os negros resistiam: “O preto resiste a todos os portugueses”: “Prostituíram-lhe a mulher e as filhas – e resistiu! Roubaram-lhe os haveres e a liberdade – e resistiu! Envenenaram-no com álcool – e resistiu ainda!”. Em África, diz, os negros têm suportado, resignados ou revoltados, “os maiores, os mais bárbaros e monstruosos atentados contra a sua independência, contra a sua dignidade de marido, contra o seu amor de pai, contra os seus direitos indiscutíveis de homens” e, não obstante, têm “resistido, e resistido bem”. Os negros foram descritos como vítimas dos abusos impostos pela situação colonial portuguesa, da intenção de desenvolver a agricultura colonial com trabalho explorado, das extorsões por meio dos impostos e da imposição da prostituição. À semelhança da feira Mayer, os negros sujeitos ao domínio colonial português não cessavam de ser “o alvo predileto para as boladas dos brancos, para os tiros, para os roubos, ofensas, ultrajes dos portugueses orgulhosos, envaidecidos da sua civilização”.

A forma como as mulheres negras eram consideradas e tratadas no mundo colonial foi um outro mote para Mário Domingues desvendar a impostura da linha de cor quanto à fronteira entre povos tidos como civilizados e povos julgados como não civilizados. Veja-se “A prostituição em Luanda” (2 de julho; DOMINGUES, 1922o), uma crónica que pode ser lida como uma sua resposta a uma peça do jornal *O Mundo* que, numa apologia da colonização portuguesa, afiançava não faltar à legislação portuguesa “um grande sopro de humanidade”. Este artigo da véspera em *O Mundo* defendia que a prostituição das mulheres e filhas não causava grande sofrimento ao negro porque este, justificava-se, não possuía “nenhuma noção de dignidade pessoal”. Mário Domingues rebateu a argumentação de *O Mundo*. Mesmo que se assumisse que o negro não tinha “dignidade”, perguntou, seria lícito admitir a situação em que os homens da metrópole vinham prostituir-lhe a mulher e as filhas? Contrariamente ao que era arguido em *O Mundo*, os negros de Luanda, escreveu Mário Domingues, reconheciam os atos portugueses como infâmias repugnantes, “crimes abjetos e condenáveis”. Não raras vezes, dos estupros resultaram “frutos inocentes que as mães abandonadas em plena miséria acarinham, chorando”. Não eram poucos os suicídios de mulheres, que, incapazes de sustentar seus filhos, preferiam “perder a vida a vê-las debater-se angustiosamente na fome e na miséria”. Afinal de contas, a missão dos que invocavam a civilização consistia em desumanizar os que eram olhados como não civilizados, o que fazia dos primeiros – um sinal de paranoia, diga-se aqui – aquilo que atribuíam aos segundos.

A violência sobre as mulheres foi retomada noutra artigo da série, “Um documento importante” (6 de julho; DOMINGUES, 1922l), em que Mário Domingues transcreveu um abaixo-assinado a relatar a prepotência e as violências cometidas por um secretário da 14.^a Circunscrição Civil de Luanda, por ocasião do arrolamento e cobrança de impostos de habitações africanas (“cubatas”). Este secretário cometeu o delito de, pelas diversas povoações e “sanzalas”, cobrar o imposto por cada divisão de tais alojamentos e, mais ainda, quando encontrava duas ou três camas nas que tinham um só compartimento, não só cobrava o imposto da referida habitação como também o dos leitos, exigindo ainda vários impostos de gado e de criação miúda. De facto, “até os gatos pagam imposto!”, lê-se a negrito no subtítulo. E além da cobrança discricionária de impostos, o secretário tinha andado “pelas sanzalas apanhando mulheres e raparigas para saciar os desejos brutais, numa fúria de que são incapazes os próprios selvagens!”.

A crítica de Mário Domingues aos preconceitos raciais e à segregação não conheceu pausa. Em “Três assassinatos bárbaros!” (4 de julho; DOMINGUES, 1922n), lê-se: “Em Luanda não pode o negro frequentar o café ou a casa de espetáculos que o branco frequenta – nem sequer beber pelo mesmo copo!”. O texto dava conta de uma mudança no espírito da época, no sentido de uma intolerância para com as desigualdades e injustiças que antes eram aceites. A escravatura era disso exemplo: “Antigamente o escravo aceitava, como se fosse um dever altíssimo, a sua situação

de escravo – hoje suporta-a intimamente revoltado. Noutro tempo o povo obedecia aos seus tiranos porque tomava a obediência por uma obrigação, porque possuía o ideal da submissão – hoje obedece coagido, sob ameaça da violência”.

Os EUA foram representados nesta crónica como o paroxismo dos preconceitos e iniquidades. Os próprios portugueses, escreveu Mário Domingues, chegavam a invocar a condição dos negros nos EUA para atenuar o peso das injustiças praticadas pelo regime colonial português. No entanto, contrariando a ideia do fosso que apartaria a condição dos negros nas colónias portuguesas daquela que se verificaria na América, Mário Domingues asseverou, numa expressão que deu título a uma outra secção do texto, que “a mesma desigualdade ultrajante que existe na América, a mesma divisão de raças se verifica em Angola”. Também em Luanda estavam os nativos privados do direito de permanecer no café onde estavam os brancos, havendo estabelecimentos onde apenas podiam tomar a sua bebida em copos escolhidos e separados, só para negros, para que “a peçonha negra não manche os lábios delicados dos colonos brancos”.

Ainda da mesma forma que nos EUA os negros eram alvejados a tiro, como se fossem animais ferozes para “caçar”, também em Luanda os nativos, a pretexto de qualquer incidente, eram perseguidos a tiro “pelos mandatários do Alto-Comissário Norton de Matos”. Teria sido assim, como se fossem “cães danados”, “lobos perigosos”, que foram assassinados os nativos Cabymbe e João Boambo. Os casos reportados no artigo davam “a ideia do ambiente de tirania e iniquidade” que se respirava em Luanda. Por isso, interpelou Mário Domingues a quem o estivesse a ler, “Agora, leitores, quando em Lisboa constar alguma revolta de negros, não os condeneis, de ânimo leve... Não podemos ficar surpreendidos com um movimento de rebelião; não tem o governo da metrópole autoridade moral para afogar em sangue a revolta dos secularmente ofendidos”. “Com o chicote na mão e a aguardente na outra não se consegue civilizar ninguém”.

Uma exceção a tal perfil de violência colonial desenfreada, segundo Mário Domingues, fora o governador de Inhambane, José Botelho de Carvalho Araújo, também republicano e membro da maçonaria à imagem de Norton de Matos, como demonstrava o seu relatório sobre aquele território de Moçambique, o distrito mais pequeno e mais pobre em recursos desta antiga colónia. Por esta razão, assim que foi publicado, recriminou Mário Domingues, teria havido uma tentativa de censura por parte do governo da República. Tendo acabado por aceder à versão integral do documento, como veremos, Mário Domingues revelou-o e discutiu-o em cinco das crónicas da série que mais tem concentrado a atenção deste texto.

O conceito “colonização-crime”

No seu primeiro artigo de crítica aberta à linha de cor e ao imperialismo, o já mencionado “Colonização” (de 9 de setembro de 1919), Mário Domingues escreveu:

“falar-se de pretos e brancos implica falar-se de colonização, e colonização, até hoje, ainda não se pôde traduzir senão por uma palavra – crime”. Este pequeno excerto expõe de modo assaz sintético como a relação política entre negros e brancos estava, para Mário Domingues, entrelaçada com o imperialismo e, muito em especial, oferece um conceito para a colonização – “colonização-crime”. Em acréscimo ao separador estabelecido pela coloração da pele, toda a série “Para a história da colonização portuguesa” pode ser conjuntamente lida como um exercício de evidência do significado da dominação colonial moderna em África – enquanto crime, ação abominável, não aceitável – manifesta na máxima expressão do anexionismo imperial e da negação da dignidade humana dos negros, através da escravatura, do trabalho forçado e da violência sexual sobre as mulheres. Mais ainda, é um *tour de force* contra a hipocrisia de uma tal dominação procurar legitimação ideológica e científica numa hierarquização racial que outorgava ao imperialismo europeu, e nessa medida também ao português, uma “missão civilizadora”. Usando a influência da imprensa na formação da cultura, das visões do mundo e da sociedade, Mário Domingues procurou revelar essa impostura da incumbência de civilização por parte de um regime colonial que não respeitava os direitos humanos, civis, políticos e patrimoniais dos negros, ainda que em nome do que considerava o progresso da humanidade.

A política de Norton de Matos como dirigente colonial de Angola foi o alvo dileto da demonstração que Mário Domingues pretendeu fazer. O alto-comissário era a personificação dos malefícios do imperialismo e da duplicidade da administração republicana. Nesta série, os ataques a Norton de Matos e aos seus pares e a descrição detalhada dos “crimes” que se praticavam no seu “império angolano” aparecem como padrão do sistema colonial português e da sua injustiça.

Em “Proezas dum alto-comissário” (1 de julho; DOMINGUES, 1922p), Mário Domingues questiona: “Aos negros não é permitido ultrapassar a categoria de amanuense. Porque se tem mantido tão pesado silêncio sobre os crimes praticados em Africa?” A sua intenção era desmontar as ilusões da propaganda imperial-colonial e revelar os crimes inerentes à história colonial. Perante o sofrimento das vítimas, silenciadas pelos Estados coloniais, e a falta de coragem da corrente principal da imprensa para desvelar a situação colonial, ambicionou trazer às páginas do jornal *A Batalha* as histórias dos “revoltantes crimes que neste momento cometem impunemente em África” e fazer não “uma campanha de raça, mas de humanidade”, com vista à disseminação da paz e do amor, da “justiça universal onde caibam, sem se atropelar, negros e brancos, vermelhos e amarelos”. Como se vê, para o jovem libertário Mário Domingues, no rasto das tendências românticas do século XIX, a denúncia racional da iniquidade colonial era congénere a princípios morais e cívicos elevados fortificadores de uma ambiência social consentânea com o futuro que pensava estar encaminhado infalivelmente pela direção do movimento histórico.

Em “Mais assassinatos revoltantes” (8 de julho; DOMINGUES, 1922k), assinala à colonização portuguesa a regularidade de “povoações saqueadas, pessoas queimadas, homens chicoteados”, jornais amordaçados e diretores da imprensa “a ferros na Fortaleza de São Miguel.” Alguns episódios que relata nesta crónica seriam elucidativos da indiferença, hipocrisia e desumanidade das autoridades portuguesas face aos indígenas. Em Luanda, proliferavam os casos de prisão arbitrária; a indiferença era a regra perante as queixas dos negros, isto quando não eram os queixosos presos; perseguições, espancamentos, saques, violações a mulheres e até fuzilamentos e assassinios bárbaros eram cometidos contra a população negra. Estes acontecimentos sanguinários revigoravam a crença que Mário Domingues depositava numa revolução negra, pois “enquanto houver injustiças há revoltados”.

Em “Um passo em frente” (de 9 de julho; DOMINGUES, 1922j), são relatados os protestos das Juventudes Africanas de Lisboa. Indignadas com as atrocidades cometidas em África, tomaram resoluções depois publicadas num documento onde enalteciam a ação de Mário Domingues enquanto jornalista negro, interpelando à luta contra os ditadores de África, e protestando “contra as medidas de Norton de Matos lesivas da liberdade de imprensa, reunião e associação”.

Na crónica “Um depoimento valioso” (12 de julho; DOMINGUES, 1922i), Mário Domingues deu a conhecer as impressões de um nativo, de seu nome Miguel António, membro do PNA, então em Lisboa (seria este uma das possíveis fontes dos artigos não assinados de *A Batalha* sobre os acontecimentos em Angola?). Não raras vezes, relatou aquele militante do PNA, indígenas de incontestável competência eram demitidos de forma arbitrária, o que desencadeava protestos que, contudo, acabavam reprimidos com aparatosa crueldade. Consequentemente, os negros eram relegados para um estatuto subalterno, excluídos do convívio social. Proliferavam as histórias de prisões de negros, arremessados para masmorras fétidas e onde abundavam os maus-tratos. A maneira bárbara como eram organizados os recrutamentos militares em África foi também analisada, e categorizada de autêntica “caçada” ao serviço da “escravidão militar”.

O combate à política de Norton de Matos é constante. A cumplicidade deste alto-comissário para com as selvajarias cometidas pelos colonos é sistematicamente colocada na agenda, como em “Em Angola. Enterrados vivos” (14 de julho; DOMINGUES, 1922g). Nele, Domingues descreveu o crime de um capitão, que, “num requinte de malvadez formidável, mandou enterrar vivos ainda alguns indígenas, vítimas de perseguições atrozes!”. Perante este ato, o alto-comissário, que tomara conhecimento do sucedido, tê-lo-ia ignorado, pois “o Sr. Alto-comissário não pode ocupar-se de coisas insignificantes – de enterrados vivos”.

Para comprovar o propósito do Estado português – o de calar factos tremendos da sua colonização – Domingues divulgou, entre 18 e 22 de julho, ao longo de vários artigos, o já citado relatório escrito pelo governador do distrito de Inhambane, José

Botelho de Carvalho Araújo, que tinha morrido em outubro de 1918, ao comando de um navio português enquanto protegia o cargueiro São Miguel do ataque de um submarino alemão.¹¹ O dirigente falecido fora, de acordo com Mário Domingues, um branco que, à revelia do Estado, escrevera sobre as infâmias do domínio imperial português, criticando-as acerrimamente. O Estado português publicara já parte do relatório, no entanto, alguns trechos decisivos, onde se narravam erros dos brancos e delatavam autênticos crimes, tinham sido silenciados pela censura e finalmente eram desvendados.

Antes, porém, introduzindo a situação colonial noutra possessão colonial, Mário Domingues escreveu “A companhia do Nyassa” (16 de julho; DOMINGUES, 1922f), na qual esta empresa majestática surgiu como arquétipo de um “Estado dentro do Estado que cobra impostos e tem polícia para defender os seus privilégios”. Localizada em Moçambique, a Companhia do Nyassa foi caracterizada como “mais forte que o Estado Português, mais rica em teres, mais consistente na sua tirania. Para guardar os seus privilégios imorais, ela possui uma polícia aguerrida, uma polícia perfeitamente organizada talvez melhor ainda que a polícia cívica de Lisboa”.¹²

Tal potentado financeiro tinha como base, segundo Mário Domingues, o edifício capitalista e espezinhava direitos e liberdades. O capitalismo em África é descrito como “uma força formidável que se ri das leis do Estado e atropela a seu bel-prazer os direitos do negro desgraçado que deve ser considerado um homem

¹¹ Embora os principais enfrentamentos ocorridos durante a Primeira Grande Guerra tenham acontecido no território europeu, África foi também fortemente envolvida no conflito na razão direta do poder imperial europeu neste continente, da importância das suas matérias-primas e do recrutamento de soldados. Acresce que as colónias alemãs, para a frente ocidental, foram relevantes como oportunidade para combater a Alemanha e, no âmbito da competição geoestratégica, à escala global e local. O conflito em África deu ainda a países pequenos imperiais como Portugal (e a Bélgica), a faculdade de garantirem a continuidade do seu poder nas suas colónias, senão mesmo a sua expansão.

¹² A Companhia do Nyassa foi uma companhia “majestática” ou “privilegiada” da colónia portuguesa de Moçambique, criada por alvará régio de 1890, com poderes para administrar as atuais províncias de Cabo Delgado e Niassa, numa extensão de mais de 160 mil km². Este tipo de companhias eram sociedades comerciais privadas, criadas por grupos de investidores, e tinham o direito à exploração e colonização dos territórios coloniais em nome do governo que o concedia, assim como aos ganhos económicos resultantes das suas atividades. Nos inícios do século XX, esta companhia elaborou os primeiros contratos de fornecimento de mão-de-obra local para a Witwatersrand Native Labor Association (WNLA), uma poderosa empresa fundada em 1901 pela indústria mineira da África do Sul que expandiu a sua ação por toda a África Austral e detinha meios de transporte, escolas e clínicas, com o objetivo de recrutar trabalhadores para as minas daquele país. Em 1913-1914, uma parceria bancária alemã comprou a maioria das ações da Companhia, com o fito de uma repartição de Moçambique entre a Alemanha e a Grã-Bretanha. Com o início da Primeira Guerra Mundial, o governo britânico apreendeu as ações alemãs e cedeu-as a um grupo financeiro inglês. Durante a guerra, o território da Companhia foi teatro de diversas ações de resistência por parte dos chefes locais e invadido pelos alemães.

como qualquer branco". O capitalismo, a colonização e o fator racial estavam enredados; escravos brancos do salário e escravos negros subjugados ao chicote tinham maior afinidade entre si do que com os burgueses, fossem eles "brancos", amarelos", "negros" ou "vermelhos".

No primeiro dos artigos dedicados ao relatório de Carvalho Araújo, "Em Moçambique" (18 de julho; DOMINGUES, 1922e), Mário Domingues prometeu trazer a público os acontecimentos que o Estado pretendia sonegar proclamando "que tenha paciência o Estado, que tenham paciência os ladrões e os assassinos, mas a verdade há-de ser conhecida!" No dia seguinte, em "O negro é dócil e trabalhador" (19 de julho; DOMINGUES, 1922d), evidenciou o regime de escravidão que prevalecia nas colônias e contestou a ideia advogada pelos colonos de que o negro é "inadaptável ao trabalho", argumento invocado pelos brancos para dar emprego ao chicote e pôr em prática o regime do trabalho forçado. Socorrendo-se do documento escrito por Carvalho Araújo, o "principal entrave ao progresso negro" era afinal "o branco". À violência somava-se a espoliação capitalista a todos os níveis que permitia o enriquecimento dos colonos e extorquia os indígenas, despendendo estes os míseros centavos que ganhavam pelos trabalhos brutais realizados na exploração mineira (o seu exemplo é o das minas do Transval) na compra de álcool. Todas as suas economias eram absorvidas pelos comerciantes. O Estado, por sua vez, cobrava sobre o álcool um imposto de forma que era desta maneira imoral – lia-se no relatório – que os colonos enriqueciam e a administração colonial tinha uma fonte de receita.

Aquele documento foi novamente invocado nos artigos seguintes – "Como se aniquila uma raça" e "Vítimas, vítimas e mais vítimas!" de 21 e 22 de julho (DOMINGUES, 1922c; 1922b) – no âmbito do projeto de denúncia das diversas desumanidades sofridas pelos negros ao serviço da Companhia do Nyassa. Nos recrutamentos de negros, logo após o embarque, segundo o relatório, eram os negros empilhados "como coisas e não como seres humanos" em alojamentos infectos, chegando a estar "600 homens alojados, onde só caberia um máximo de 160 e aí viveram alguns durante semanas e semanas". Depois, eram amontoados num navio, que os conduzia ao Nyassa. Mas, assegurou Carvalho Araújo, "não iam do Purgatório para o Paraíso; saíam do Purgatório para cair no inferno".

O "belo ideal da independência" no quadro de uma confederação africana

Para Mário Domingues só um ideal separatista podia fazer frente "às infâmias praticadas pelo despotismo branco em África", como escreve em "O ideal da independência" (5 de julho; cf. Fig. 3.; DOMINGUES, 1922m). Os negros estavam já em vias de adquirir uma "consciência rácica" e eram senhores de capacidade de ação. Neste artigo proclamou que o espírito separatista estaria interiorizado pelo "negro escravizado e vexado por uma exploração iníqua", multiplicando-se por toda a África portuguesa. Pela primeira vez, o ideal de emancipação negra era anunciado

na promoção de luta pela independência em África, entendida como princípio necessário para o combate ao imperialismo. O militantismo libertário de Mário Domingues, unido a uma epopeia da rebelião negra sob um ângulo prometeico, surgiu aqui em todo o seu fulgor. Como podem os negros alcançar o ideal da independência? Iniciando a sua luta, responde, retorquindo à sua própria pergunta. E deixava uma profecia: "talvez não tardem dez, quinze, vinte anos que Portugal corra o risco de ficar sem colónias para explorar, sem negros para tiranizar...". Cabia aos negros revelar os crimes que, impunemente, se tinham cometido, e lutar, com tenacidade, pela liberdade, a qual, diz Mário Domingues, não se concede, conquista-se. "Que a conquistem os negros! Têm ou não os negros direito à independência? Têm. Como alcançá-la? Lutando".



Fig. 3. A Batalha, 5 de julho de 1922.

A emancipação dos negros despontava assim sustentada na luta pela independência. Mais eficaz no combate ao despotismo branco, “a união numa consciência rática” serviria de mobilização dos negros para a luta. Mas Mário Domingues afastava qualquer espírito ou tentação estritamente nacionalista:

Perante o imperialismo europeu, não há pretos portugueses, ingleses ou alemães, há homens que desejam ser livre. Mencionando as revoltas no Transval e no Congo Belga, acreditava que não eram [...] mais do que prenúncios de uma revolução imensa que abaterá o poder, não apenas de um país, mas de todas as potências coloniais. [...] o movimento emancipador dos africanos (tendia) a generalizar-se, aproximando-se do ideal duma confederação continental.

Eis a visão de Mário Domingues: a utopia anarquista da grande revolução mundial gerando uma sociedade sem estados nem fronteiras. A esperança histórica da emancipação da raça transformar-se-ia na luta pela independência que pairava “acima dos interesses mesquinhos das pátrias opressoras” e que colocaria um fim à tirania dos colonizadores, concretizando-se, não na formação de novos países, mas no quadro duma “Confederação Africana”, uma confederação guiada pelos princípios do antinacionalismo, do anticapitalismo e do antimilitarismo.



Fig. 4. A Batalha, 13 de julho de 1922 (pormenor).

Em “A confederação Africana” (13 de julho; cf. Fig. 4; DOMINGUES, 1922h), insistiu que, perante o imperialismo europeu, “não há pretos portugueses, ingleses ou alemães, há homens que desejam ser livres”. Na sua ótica, a tirania estava a incrementar no tiranizado “uma grande sede de liberdade”. Ávidos de independência, os negros das colónias portuguesas não teriam qualquer conexão com os portugueses tiranos, que obrigavam os negros a servir pelas armas, comprometendo a própria vida, uma pátria ignóbil e egoísta; estariam, sim, solidários com os negros vergados à tirania de outros países. Deste modo, “pedir a um negro fidelidade à pátria portuguesa” era “obrigar o tiranizado a beijar o tirano, o roubado a abraçar o ladrão!”. Apesar do estado precário do movimento reivindicativo nas colónias portuguesas, não haveria dúvida de que por Angola estaria Norton de Matos “fomentando a revolta”. As insurreições esporádicas e dispersas apareciam-lhe como prenúncio duma revolução maior, escorada na rápida expansão do ideal da emancipação, que deitaria por terra o domínio colonial. A grande revolução faria entrar os negros “no conjunto harmónico de uma humanidade livre de todas as opressões”. Seria desta maneira, numa luta enérgica contra a dominação imperial europeia em África, que o ideal independentista se viria materializar.

Esta sequência de artigos teve o seu epílogo em 25 de julho com um autêntico texto-manifesto intitulado “Pela emancipação da raça negra” (DOMINGUES, 1922a), no qual Mário Domingues explanou o que era necessário fazer para que os negros pudessem vir a usufruir da autonomização que lhes tinha sido usurpada e a liberdade que lhes era negada. Para este fim havia que “levantar a máscara a um Estado da Europa que conseguiu, com artes mágicas, iludir meio mundo e passar por protetor dos negros em vez de carrasco que é.” Diferentemente do que a retórica imperialista colonizadora pretendia fazer passar, o modelo de recrutamento e de mão-de-obra que prevalecia no continente africano estava a preservar elementos próprios da escravatura. A campanha que empreendeu foi movida, persistiu em afirmar, não apenas em nome dos negros, mas sobretudo em benefício da humanidade. A colonização portuguesa é mais uma vez pensada como “colonização-crime”; crime que deveria mobilizar os negros, as legiões de escravos, os únicos capazes de pôr termo à força dos brancos déspotas, e que, por isso, não deveriam resignar-se à escravidão. Competiria, assim, aos organismos de defesa dos negros já existentes canalizar, disciplinar, coordenar todas as forças dispersas no sentido da emancipação, devendo ainda aproveitar-se, pela propaganda, educação e atividade, o espírito separatista que a tirania fez germinar. Energia, educação, ação e até aceleração eram necessários para que os negros sob domínio português ingressassem no movimento revolucionário que tinha como fim a independência de África. “O movimento pan-africano, que pretende a emancipação integral de todo o povo negro, necessita que o espírito separatista dos negros portugueses para ele se canalize, o quanto antes!”.

A consciência antirracista e anti-imperialista de Mário Domingues é o corolário da afirmação dos ideais de dignificação humana e da solidariedade de todos os explorados e oprimidos sem distinção de supostas raças ou fronteiras, com raízes – mas não ausente de flagrantes contradições – nos princípios do humanismo moderno. A defesa intransigente do direito dos negros de libertação contra as potências imperiais, e a aliança entre o proletariado e os negros que defendeu para essa causa, culminaram na ênfase que deu à independência, como concretização do ideal emancipador. Mário Domingues é a única voz negra destacada que propugnou explicitamente e com congruência a independência das colônias, embora vinculando a sua emancipação à proposta de uma Confederação Africana, em harmonia com os quadros mentais do anarquismo e o seu marcado antinacionalismo.

Por outro lado, a sua “História da colonização...” surge na sequência lógica dos artigos sobre o Congresso Pan-Africano e afim à linha de pensamento de Du Bois no que diz respeito à luta intransigente pela igualdade de direitos para os negros, ideias que se repetem em outros artigos publicados durante a existência legal de *A Batalha*. Todavia, Mário Domingues foi mais precoce na clara defesa da autodeterminação dos povos africanos do que o próprio Du Bois que, nessa conjuntura, pelejava unicamente pela participação dos negros no governo dos territórios sob domínio imperial.

Conclusão

Este ensaio procurou argumentar que Mário Domingues foi o primeiro autor em Portugal no século XX, e inclusivamente com certo pioneirismo a nível internacional, a ir longe no pensamento sobre a condição política, social e psicológica dos negros e da sua história específica associada à escravatura, ao tráfico de escravos e à dominação imperial. Na década de 1920, foi o mais importante precursor de um novo ideário, alinhado com as mais clarividentes figuras do movimento negro internacional, contra o racismo e a colonização, podendo mesmo ser considerada uma voz primigênia da independência para África. A atenção analítica incidiu sobretudo na série de textos de junho-julho de 1922 “Para a história da colonização portuguesa”, embora sem ter prescindido, subsidiariamente, de estabelecer ligações com outros do mesmo período quando se justificou para sustentar o seu argumento.

Facto notável para os nossos dias e para a crítica do que QUIJANO (2000) designou como “colonialidade”, a experiência que excede a do colonialismo e não expirou com a independência dos países que foram colonizados, Mário Domingues soube defender o postulado da igualdade de direitos entre todos os seres humanos sem negligenciar que o processo emancipatório não envolve apenas uma proclamação moral ou legal, sendo necessária a sua efetivação em termos de justiça social, conhecimento e poder. Também percebeu, pelo menos implicitamente, que as prerrogativas dos negros não poderiam ser remetidas para o mero plano dos direitos

individuais, segundo a visão genérica do liberalismo, algo bem salientado por KOSELLECK (2020 [2006], p. 203) no seu esboço histórico conceptual sobre os limites da emancipação, na medida em que certos grupos, como mostra com o caso dos negros, tinham uma história comum ao longo de séculos marcada pela colonização, destruição de sociedades indígenas, condição escrava e espoliação. Os negros não tinham tido os mesmos direitos já usufruídos pelos demais parceiros da comunidade de direitos dos brancos europeus. Ora, isso implica o reconhecimento e a igualação jurídica, social e política de grupos, e não meramente de pessoas singulares. Importa ter claro a este respeito, que os seres humanos têm vivido ao longo dos tempos em grupos, comunidades, sociedades, os quais têm ideias, ação e memória. Esta consideração, porém, não implica defender que todos os indivíduos negros, ao terem nascido negros, passam a ter uma identidade restringida a um movimento político. Uma tal visão da identidade de um ser humano, negro ou de outros grupos discriminados e perseguidos, que nas suas versões mais redutoras é conhecida por política de identidade, não foi a de Mário Domingues.



Fig. 5. Mário Domingues, com Ferreira de Castro, de quem era amigo e quem também escreveu em *A Batalha* [fotografia inédita].

Bibliografia

- ANDRADE, Mário Pinto de (1997) *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote.
- DU BOIS, W. E. B. (1999 [1903]). *The Souls of Black Folk*. Edited by H. L. Gates Jr. e T. H. Oliver. New York: Norton & Company.
- DU BOIS, W. E. B. (2021). "Afro-modernism, expressivism, and the curse of centrality". *African American Political Thought: A Collected History*. Chicago: University of Chicago Press.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. (2000). *Os Papéis do Inglês*. Lisboa: Edições Cotovia.
- CASTRO, José; GARCIA, José Luís. (1995). "A Batalha e a questão colonial". *Ler História*, n.º 27-28, pp. 125-146.
- CURTO, Diogo Ramada. (2022). "Racismo, trabalho forçado e etnografia", *Electra*, n.º 16. <https://electramagazine.fundacaoedp.pt/editions/edicao-16>
- DUARTE, Ricardo Diogo Mainsel. (2022). *O Anarquismo e a Arte de Governar: Portugal, Última Década do Século XIX e Primeiras Décadas do Século XX*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- DOMINGUES, Mário. (1922a). "Pela emancipação da raça negra". *A Batalha*, 25 de julho.
- _____ (1922b). "Vítimas, vítimas e mais vítimas!". *A Batalha*, 22 de julho.
- _____ (1922c). "Como se aniquila uma raça". *A Batalha*, 21 de julho.
- _____ (1922d). "O negro é dócil e trabalhador". *A Batalha*, 19 de julho.
- _____ (1922e). "Em Moçambique". *A Batalha*, 18 de julho.
- _____ (1922f). "A companhia do Nyassa". *A Batalha*, 16 de julho.
- _____ (1922g). "Em Angola. Enterrados vivos", *A Batalha*, 14 de julho.
- _____ (1922h). "A Confederação Africana". *A Batalha*, 13 de julho.
- _____ (1922i). "Um depoimento valioso". *A Batalha*, 12 de julho.
- _____ (1922j). "Um passo em frente". *A Batalha*, 9 de julho.
- _____ (1922k). "Mais assassinatos revoltantes". *A Batalha*, 8 de julho.
- _____ (1922l). "Um documento importante". *A Batalha*, 6 de julho.
- _____ (1922m). "O ideal da independência", *A Batalha*, 5 de julho.
- _____ (1922n). "Três assassinatos bárbaros!". *A Batalha*, 3 de julho.
- _____ (1922o). "A prostituição em Luanda". *A Batalha*, 2 de julho.
- _____ (1922p). "Proezas dum alto-comissário". *A Batalha*, 1 de julho.
- _____ (1922q). "O Negro, vítima secular". *A Batalha*, 30 de junho.
- _____ (1922r). "Rebeldias". *A Batalha*, 29 de junho.
- _____ (1922s). "Posta Restante. Sr. Dr. João de Castro Leader do Partido Africano Lisboa". *A Tarde*, 14 de fevereiro.
- _____ (1921a). "O perigo negro". *Imprensa Livre*, 16 de agosto.
- _____ (1921b). "La eterna traición". *Imprensa Livre*, 11 de agosto.
- _____ (1921c). "A traição dos negros". *Imprensa Livre*, 28 de julho.
- _____ (1921d). "Sobre os acontecimentos de S. Tomé". *A Batalha*, 4 de maio.
- _____ (1921e). "Coisas de estarrecer. O formoso Jardim". *A Batalha*, 29 de março.
- _____ (1919). "Colonização", *A Batalha*, 9 de setembro.
- GARCIA, José Luís. (2022). "Mário Domingues – "Precursor da afirmação negra e do anticolonialismo". *Mário Domingues A Afirmação Negra e a Questão Colonial Textos, 1919-1928*. Ensaio e seleção de José Luís Garcia, pp. 11-84.
- _____ (2017). "The first stirrings of anti-colonial discourse in the Portuguese press". José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, e Alexandra Santos (eds.), *Media and the Portuguese Empire*. Cham: Springer International Publishing, pp. 125-143.

- _____. (2012). “Um mulato contra o império português. Descobrir Mário Domingues no século XXI”. Organizado por Carlos Gaspar, Fátima Patriarca e Luís Salgado de Matos, *Estado, Regimes e Revoluções. Estudos em Homenagem a Manuel Lucena*. Lisboa: ICS, pp. 457-483.
- LIMA, Cristiano. (2022 [1922]) “Na Feira Mayer. Uma exibição cruel e revoltante”. *Mário Domingues A Afirmação Negra e a Questão Colonial Textos, 1919-1928*. Ensaio e seleção de José Luís Garcia, pp. 133-136.
- O NEGRO (1911). Órgão dos Estudantes negros, ano 1.
- QUIJANO, Aníbal. (2000). *Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America*, Nepantla: Views from South, Volume 1, Issue 3, pp. 533-580. Durham: Duke University Press.
- VARELA, Pedro; PEREIRA, José Augusto. (2020). “As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista”. *Revista de História*, n.º 179, pp. 1-36.
- VENTURA, António. (1995). *Entre a República e a Acracia: o Pensamento e a Acção de Emílio Costa (1897-1914)*. Lisboa: Edições Colibri.
- KOSELLECK, Reinhart. (2020 [2006]). *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.

JOSÉ LUÍS GARCIA é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e doutorado em Ciências Sociais pela mesma universidade, após ter feito estudos doutorais na London School of Economics (LSE). Os seus interesses de investigação e as suas publicações centram-se principalmente na teoria sociológica clássica; sociologia e filosofia da tecnologia; economia política; e história intelectual. Tem sido docente em várias escolas do ensino superior de Portugal, entre elas o ISCTE, a UCP, a ESCS-IPL e a ESEC-IPC, e teve estadias como professor/investigador visitante na USP e na UNESP do Brasil e na Universidade do Iowa dos EUA. Em 2018 foi galardoado com o prémio científico da Universidade de Lisboa em Ciências Sociais. É atualmente membro do conselho consultivo do Observatório de Cibersegurança do Centro Nacional de Cibersegurança e diretor da Imprensa de Ciências Sociais. No ano de 2022, publicou *Mário Domingues: A Afirmação Negra e a Questão Colonial – Textos, 1919-1928* (Tinta-da-china). Outras obras que dirigiu, coeditou ou publicou, incluem *O Choque Tecno-liberal, os Media e o Jornalismo*, 2020; *Lições de Sociologia Clássica*, 2019; *Media and Portuguese Empire*, 2017; *Salazar, o Estado Novo e os Media*, 2017; *Pierre Musso and the Network Society: From Saint-Simonianism to the Internet*, 2016; *Jacques Ellul and the Technological Society in 21st Century*, 2013; *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em Homenagem a Hermínio Martins*, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

JOSÉ LUÍS GARCIA is senior researcher at the Instituto de Ciências Sociais of the University of Lisbon. He has a PhD in Social Sciences by the same institution, after having performed doctoral studies at the London School of Economics (LSE). His research interests and publications focus primarily on classical sociological theory; sociology and philosophy of technology; intellectual history; and political economy. Garcia has taught at several Portuguese universities, such as ISCTE, UCP, ESCL-IPL and ESEC-IPC, and was a visiting professor/researcher at USP and UNESP in Brazil, and at the University of Iowa. In 2018 he was awarded the University of Lisbon's scientific prize in Social Sciences. He is currently the member of the advisory council of the Cybersecurity Observatory for the Centro Nacional de Cibersegurança and the director of Imprensa de Ciências Sociais. In 2022, he published *Mário Domingues: A Afirmação Negra e a Questão Colonial – Textos, 1919-1928* (Tinta-da-china). Other works he directed, coedited or published include *O Choque Tecno-liberal, os Media e o Jornalismo*, 2020; *Lições de Sociologia Clássica*, 2019; *Media and Portuguese Empire*, 2017; *Salazar, o Estado Novo e os Media*, 2017; *Pierre Musso and the Network Society: From Saint-Simonianism to the Internet*, 2016; *Jacques Ellul and the Technological Society in 21st Century*, 2013; *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em Homenagem a Hermínio Martins*, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.